

Melhora credibilidade do programa de ajuste brasileiro nos EUA

por Celso Pinto
de Brasília

Melhorou o humor do governo norte-americano em relação ao programa econômico brasileiro. Em pouco mais de um mês, estiveram no Brasil dois subsecretários do Tesouro, "Tim" Mcnamar, numa viagem não divulgada publicamente, e Beryl Sprinkel, além de economistas do próprio Tesouro e do Federal Reserve. O saldo das conversas e levantamentos é mais otimista.

O governo norte-americano apoiou o Brasil desde o início da crise, mas, ao longo deste período, pressionou algumas vezes pelo endurecimento da política econômica brasileira e, principalmente, manteve uma visão crítica e cética sobre as promessas brasileiras de austeridade.

E neste delicado terreno da credibilidade sobre o êxito do programa de ajuste que fontes bem-informadas registraram uma mudança para melhor.

Mcnamar fez uma escala de um dia no Rio de Janeiro, em dezembro, logo depois de assistir à posse do presidente Raul Alfonsín na Argentina. Conversou longamente com o ministro da

Fazenda, Ernane Galvêas. Sprinkel veio neste início de ano e teve longas rodadas de discussões com autoridades brasileiras sobre as perspectivas econômicas.

APERTO FISCAL

A verdade é que o Brasil apertou a área fiscal até mais do que exigia o FMI e conteve as despesas previstas para as empresas estatais também um pouco além do esperado. Fechou 1983 com um déficit operacional e nominal do setor público inferior às metas estabelecidas. E trabalha com uma margem de segurança, neste ano, em termos de recursos fiscais, para atender a desvios na execução orçamentária.

Isto não significa mudanças nas bases da negociação externa.

Sprinkel explicou, no Brasil, que o "modelo" definido para lidar com a crise financeira internacional há mais de quinze meses, e que continua prevalecendo, passa por alguns pontos básicos: necessidade de crescimento nos países desenvolvidos; oferta adequada de recursos ao FMI e de recursos bancários aos países endividados; programas de ajustes por parte destes países; e créditos-pontes do governo norte-

americano e créditos oficiais governamentais, quando necessários. Não se espera nenhuma mudança neste padrão. Se o Brasil continuar apresentando bons resultados poderá pedir mais prazo e menores juros — e este é o limite de concessão suposto.

Neste contexto geral, não preocupa o fechamento do "pacote" relativo a 1984, sucessivas vezes adiado. Ele será assinado com os US\$ 6,5 bilhões previstos de créditos bancários privados, mesmo que inúmeros bancos deixem de participar. Há uma espécie de "acordo de cavalheiros" entre as instituições-líderes de completar qualquer eventual buraco que ocorrer na undécima hora. É absolutamente infundada a informação de que o Tesouro, ou o fed poderiam, eventualmente, conceder um empréstimo-ponte para isto. Fonte bem-informada classificou esta idéia de "absurda".

DESERTORES

É certo, contudo, que inúmeros bancos abandonarão o risco Brasil e não colocarão um único cent neste "jumbo". A lista dos desertores não inclui apenas pequenos bancos norte-americanos, como tem sido dito, mas algumas institui-

ções que podem ser classificadas como de médio porte — entre eles um banco de Detroit e outro de Indiana. Não há um cálculo preciso de quantos bancos não subscreverão o "pacote", mas a fonte não acha despropositado pensar em cerca de duzentas instituições.

Há mesmo sérios problemas operacionais com o fechamento do projeto 3 do "pacote" brasileiro — o que pede o compromisso firme dos bancos na oferta de créditos comerciais de curto prazo.

Na descrição desta fonte, os advogados do comitê assessor levaram muito tempo para montar o roteiro básico da documentação, mas cada advogado, de cada banco privado, sente-se no direito de questionar vários pontos.

A terceira fonte de atraso na assinatura do "jumbo" é relutância de alguns bancos do Oriente Médio e da Espanha. A resistência dos bancos árabes foi explicada pela fonte com um argumento básico: são bancos, em geral, sem tradição de operação no mercado internacional e para quem, portanto, pesam muito mais as dúvidas sobre manter-se ou não engajados em compromissos com países altamente endividados.